

HABEAS CORPUS Nº 490.718 - RS (2019/0023595-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : WILLIAN BUTIERRES DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **WILLIAN BUTIERRES DOS SANTOS** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o paciente foi beneficiado com o livramento condicional, em 13/9/2016 (e-STJ, fls. 24-27), tendo, durante o período de prova, sido preso em flagrante pela prática de novo delito em 29/6/2017.

O Juízo da Execução deixou de reconhecer a falta grave, mantendo apenas a suspensão do livramento condicional, e prorrogando o período de prova até o trânsito em julgado do processo (e-STJ, fls. 90-91).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, que foi provido pela Corte de origem. O aresto ficou assim ementado (e-STJ, fls. 144-155):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). PRÁTICA DE NOVO DELITO NO GOZO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. DECISÃO QUE SOMENTE SUSPENDEU A BENESSE, SEM RECONHECER A PRÁTICA DE FALTA GRAVE. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL.

O instituto de política criminal do livramento condicional consiste na antecipação provisória da liberdade para quem cumpre pena privativa de liberdade, mas já se aproxima do fim de seu cumprimento. Isso possibilita um retorno progressivo do reeducando ao convívio social, desde que preenchidos determinados requisitos e aceitas certas condições. Não se encontrando mais preso o reeducando, logicamente não se sujeita a nenhum regime prisional, mas sua liberdade submete-se a limites e condições que, se descumpridos, ensejam a suspensão e/ou revogação do benefício.

Lado outro, não obstante os judiciosos fundamentos de quem entende que a prática de novo crime somente caracteriza falta grave para aqueles que se encontram presos, implicando, para os que estão em livramento condicional, apenas a suspensão e/ou revogação do benefício, este órgão fracionário tem deixado assentado que a prática de infração durante o período de prova do livramento condicional caracteriza, sim, falta grave prevista no artigo 52 da LEP.

Isso porque, apesar de não estar inserido em nenhum dos regimes prisionais, o apenado encontra-se em efetivo cumprimento de pena. O

fato de ter sido agraciado com o livramento condicional não desnatura o seu *status* de condenado em execução.

Outrossim, não há que se falar em *bis in idem* pelo reconhecimento de falta grave, ante a superveniência de nova condenação, pois o reconhecimento da falta e a aplicação de consectários legais possuem natureza administrativa frente à inobservância do apenado aos deveres impostos a ele durante a execução de sua pena.

Portanto, é plenamente possível que seja reconhecida, também, a prática de falta grave pelo liberado.

Dito isso, destaco que, com efeito, a decisão do magistrado de origem deve ser reformada.

Havendo notícia sobre suposta falta grave praticada pelo apenado, consistente no cometimento de novo delito no curso da execução da pena, é impositivo que o fato seja apurado em sede judicial, mediante audiência de justificação (que já foi realizada – fl. 44).

Ademais, lembro que é desnecessário o trânsito em julgado dessa condenação por novo delito para que seja reconhecida a falta, consoante entendimento sumulado pelo e. Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 526).

Ora, a simples notícia de que o réu teria se envolvido em crime doloso, no curso da execução de sua pena, já é causa suficiente para que seja apurada em sede de execução penal, podendo ser reconhecida a prática de falta grave.

Assim sendo, reconheço que o apenado, ao cometer novo delito no dia 29JUN2017, praticou a falta grave prevista no artigo 52, da LEP, razão pela qual aplico os consectários legais consistentes em alteração da data-base, mas apenas para futura progressão de regime e a perda de 1/3 dos dias remidos, conforme o que dispõe o artigo 127, da LEP.

AGRAVO PROVIDO."

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, que "o procedimento previsto para os casos em que o apenado comete novo delito durante o chamado período de prova é a suspensão do benefício, cuja revogação estará condicionada à sentença condenatória transitada em julgado, não havendo, portanto, como falar em cumulação com os consectários legais do reconhecimento da falta grave, já que esta pressupõe execução da pena" (e-STJ, fl. 4).

Aduz a ilegalidade da alteração da data-base para novas progressões de regime, diante da falta grave, e se insurge, ainda, quanto à perda dos dias remidos.

Requer a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão impugnado.

Liminar indeferida às fls. 162-163 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 167-236 e 245-266 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *habeas corpus*, ou, caso conhecido, pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 268-272).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a

existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Consoante se verifica dos autos, o Juízo da execução, diante da notícia do cometimento, pelo paciente, de novo delito, no curso da execução, suspendeu o benefício do livramento condicional.

O Tribunal de origem, ao dar provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público, apresentou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 148-150):

"[...] não obstante os judiciosos fundamentos de quem entende que a prática de novo crime somente caracteriza falta grave para aqueles que se encontram presos, implicando, para os que estão em livramento condicional, apenas a suspensão e/ou revogação do benefício, este órgão fracionário tem deixado assentado que a prática de infração durante o período de prova do livramento condicional caracteriza, sim, falta grave prevista no artigo 52 da LEP.

Isso porque, apesar de não estar inserido em nenhum dos regimes prisionais, o apenado encontra-se em efetivo cumprimento de pena. O fato de ter sido agraciado com o livramento condicional não desnatura o seu *status* de condenado em execução. [...]

Outrossim, não há que se falar em *bis in idem* pelo reconhecimento de falta grave, ante a superveniência de nova condenação, pois o reconhecimento da falta e a aplicação de consectários legais possuem natureza administrativa frente à inobservância do apenado aos deveres impostos a ele durante a execução de sua pena. [...]

Portanto, é plenamente possível que seja reconhecida, também, a prática de falta grave pelo liberado.

Dito isso, destaco que, com efeito, a decisão do magistrado de origem deve ser reformada.

Havendo notícia sobre suposta falta grave praticada pelo apenado, consistente no cometimento de novo delito no curso da execução da pena, é impositivo que o fato seja apurado em sede judicial, mediante audiência de justificação (que já foi realizada – fl. 44)."

Ocorre que, segundo julgados do Superior Tribunal de Justiça, "a prática de fato definido como crime durante o livramento condicional tem consequências próprias previstas no Código Penal e na Lei de Execuções Penais, as quais não se confundem com os consectários legais da falta grave praticada por aquele que está inserto no sistema progressivo de cumprimento de pena" (REsp. 1.101.461/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 19/2/2013).

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão não foi proferido em sintonia com o entendimento desta Corte Superior sobre o tema.

No mesmo sentido:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. NOVA INFRAÇÃO NO CURSO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EFEITOS

DA PRÁTICA DE NOVA INFRAÇÃO NÃO SE CONFUNDEM COM OS CONSECUTÓRIOS LEGAIS DA FALTA GRAVE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]

II - A controvérsia, na hipótese vertente, circunscreve-se a definir se o cometimento de novo crime no curso do livramento condicional configura a prática de falta grave, nos termos do art. 52 da Lei de Execuções Penais, ou, se, com incidência das regras próprias do referido benefício, na forma dos arts. 83 a 90 do Código Penal e arts. 131 a 146 da LEP, tem por efeito apenas a sua suspensão e posterior revogação, com a desconsideração do tempo que o apenado esteve liberado.

III - Os efeitos da prática de outra infração penal no curso do livramento condicional, de fato, submetem-se às regras próprias deste benefício e, portanto, não se confundem com os consecutórios legais da falta grave. Precedentes.

IV - Revela-se, assim, manifestamente ilegal determinar a realização de audiência de justificação para apuração de infração disciplinar, que, fosse o caso, deveria ser apurada mediante instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, como é o entendimento desta Corte Superior.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o v. acórdão impugnado e afastar a apuração de falta grave em vista do cometimento de nova infração penal no curso do livramento condicional. "

(HC 479.923/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 07/03/2019).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. CRIME COMETIDO DURANTE O LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDULTO CONCEDIDO. FALTA GRAVE NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não obstante o agravado tenha descumprido as condições do livramento condicional, tal fato não constitui falta grave. O cometimento de crime no curso do período de prova do livramento condicional não produz os efeitos inerentes à falta grave, pois a legislação penal prevê efeitos próprios e diversos. Precedentes.

2. A prática de fato definido como crime durante o livramento condicional tem consequências próprias previstas no Código Penal e na Lei de Execuções Penais, as quais não se confundem com os consecutórios legais da falta grave praticada por aquele que está inserto no sistema progressivo de cumprimento de pena (REsp. 1.101.461/RS, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 19/2/2013).

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1537149/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 10/02/2016).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Todavia, **concedo a ordem, de ofício**, para cassar o acórdão impugnado e restabelecer a decisão de 1º grau, que suspendeu o livramento condicional, afastando-se a apuração de falta grave em razão da prática de novo crime no curso do benefício (PEC 40827-1).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

